

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

**Centro Social Recreativo e Cultural
de Pedralva – IPSS**



CSRC

PEDRALVA

Instituição Particular de Solidariedade Social
Rua Central, 60 – Pedralva
3780-177 – S. Lourenço do Bairro
Telefone: 231528255
Fax: 231528255
E-mail: csrc.pedralva@sapo.pt

Exmos Senhores Associados:

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vimos submeter à apreciação Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo, relativos ao exercício de dois mil e vinte e um.

Nota Introdutória

O Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva, Instituição Particular de Solidariedade Social, situada na rua central, n.º 60, freguesia de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, distrito de Aveiro, registado a título definitivo, na Direcção Geral da Segurança Social, desde 15/07/1994 no Livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 65/94, a folhas 11 verso. Foi declarada, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

Actualmente, esta Instituição continua a integrar as respostas sociais de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. No que diz respeito a resposta social de Centro de Dia, a capacidade da Instituição é de 40 clientes, tendo acordo de cooperação com o Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de 35 clientes, apoiando efectivamente 35 clientes. Relativamente a resposta social de Apoio Domiciliário, o acordo de cooperação é para 30 clientes onde efectivamente esta Instituição apoia os 30 clientes. No que diz respeito aos serviços prestados em ambas as respostas sociais poder-se-á mencionar que, esta Instituição presta cuidados de higiene pessoal e conforto, presta serviços de higiene habitacional; presta serviços de confecção, transporte e/ou distribuição de refeições/alimentação; presta serviços de tratamento de roupas e ainda presta apoio ao nível do acompanhamento ao exterior; presta serviços na aquisição de bens e/ou géneros alimentícios e outros artigos, especificamente medicação, apoia e colabora nos serviços de socialização/ actividades de animação sociocultural, presta auxílio em pequenas reparações no domicílio e ainda disponibiliza a informação facilitadora de acesso a serviços da comunidade adequados à satisfação de outras necessidades.

Todos os aspectos salientados até aqui vão no fundo ao encontro não só do que é a Missão desta Instituição, - “promover a autonomia e o desenvolvimento pessoal através

de respostas individualizadas, qualificadas e humanizadas actuando na área da Terceira Idade e Comunidade em geral” bem como a sua Visão, - “Projectar-se na comunidade como uma instituição empreendedora e sustentável, desenvolvendo e melhorando continuamente a qualidade dos serviços prestados, tornando-se numa Referencia para a comunidade em geral” e seus Valores que assentam na: Afetividade; Multidimensionalidade; Solidariedade; Individualidade; Qualidade; Participação; Inovação; Sustentabilidade ambiental.

1. Actividade

No ano em análise a Instituição continuou a prestar os serviços nas valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário, com os constrangimentos e necessárias adaptações à situação de pandemia vivida durante a maior parte do ano.

2. Investimentos

No exercício de 2021 foram efectuados investimentos no valor de € 7 872,00, no estudo prévio e projecto de licenciamento das novas instalações que se pretendem construir, destinadas a estrutura residencial.

3. Gastos e Receitas

Os custos ocorridos no exercício decorrem da actividade normal da Instituição dos quais salientamos uma ligeira diminuição dos custos das matérias consumidas, e a um aumento ligeiro dos fornecimentos externos e dos gastos com pessoal.

As receitas foram provenientes das comparticipações dos utentes, da Segurança Social, Junta de freguesia e Município de Anadia, subsídios do IEFP e reembolso de impostos.

4. Resultados

Os resultados do exercício de 2021 foram negativos no montante de -10 373,12 (dez mil trezentos e setenta e três euros e doze cêntimos), conforme pode confirmar-se nas peças contabilísticas que em anexo apresentamos – Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo.

5. Proposta de aplicação de resultados

A proposta da Direcção para a aplicação de resultados é de que os mesmos sejam transferidos na totalidade para a conta de resultados transitados.

6. Perspectivas para o futuro

A instituição terá de manter o equilíbrio financeiro, reestruturando os serviços e encontrando novas fontes de financiamento, de forma a poder avançar para o crescimento da instituição, nomeadamente a futura construção da valência de lar. Por outro lado, a situação de pandemia que se vive actualmente obrigará à redefinição de todos os processos com vista à segurança de utentes e funcionários, sendo este o maior desafio que se perspectiva.

Finalmente, não podemos deixar de agradecer a colaboração prestada no decurso do presente exercício por todos os colaboradores da Instituição, assim como todas as entidades com quem esta manteve relações.

Pedralva, 25 de Março de 2022

A Direcção

Exercício: 2021

Balanço

	Notas	2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		297 255,35	308 495,28
Outros activos financeiros		2 946,10	2 469,38
Subtotal		300 201,45	310 964,66
Activo corrente			
Inventários		1 999,20	1 432,30
Clientes		7 531,44	6 694,90
Diferimentos		1 573,97	1 472,89
Caixa e depósitos bancários		307 978,31	326 166,40
Subtotal		321 482,92	336 572,49
Total do activo		621 684,37	647 537,15
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Resultados transitados		384 236,86	359 928,19
Outras variações de capital próprio		192 377,69	201 636,71
Subtotal		576 614,55	561 564,90
Resultado líquido do exercício		-10 373,12	24 308,67
Total do capital próprio		566 241,43	585 873,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		601,01	4 244,81
Subtotal		601,01	4 244,81
Passivo corrente			
Fornecedores		16 276,53	12 832,98
Estado e outros entes públicos		12 785,87	9 318,54
Outras contas a pagar		25 779,53	35 267,25
Subtotal		54 841,93	57 418,77
Total do Passivo		55 442,94	61 663,58
Total do capital próprio e do passivo		621 684,37	647 537,15

A Direcção

O Contabilista Certificado

Exercício 2021

Demonstração de Resultados

Código de Contas		CUSTOS E PERDAS/PROVETOS E GANHOS	Exercícios		
Pos	Neg		2021	2020	Var %
71/72		Vendas e serviços prestados	175 267,44	175 504,61	-0,14%
75		Subsídios à exploração	239 105,62	269 021,11	-11,12%
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-62 932,34	-67 104,81	-6,22%
	62	Fornecimentos e serviços externos	-81 516,62	-80 721,47	0,99%
	63	Gastos com pessoal	-276 723,84	-269 316,60	2,75%
78-785...		Outros rendimentos e ganhos	17 310,30	27 244,69	-36,46%
	68-685...	Outros gastos e perdas	-1 707,68	-6 622,39	-74,21%
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiar	8 802,88	48 005,14	-81,66%
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-19 111,93	-23 970,06	-20,27%
		Resultado operacional (antes de gastos de financiam	-10 309,05	24 035,08	-142,89%
	79	Juros e rendimentos similares obtidos	2,53	416,02	-99,39%
	69	Juros e gastos similares suportados	-66,60	-142,43	-53,24%
	86	Resultado antes de impostos	-10 373,12	24 308,67	-142,67%
	812	Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00%
		Resultado líquido do período	-10 373,12	24 308,67	-142,67%

A Direcção

O Contabilista Certificado

ANEXO 2021

1. IDENTIFICAÇÃO

O Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva, Instituição Particular de Solidariedade Social, situada na rua central, n.º 60, freguesia de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia, distrito de Aveiro, registado a título definido, na Direcção Geral da Segurança Social, desde 15/07/1994 no Livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o n.º 65/94, a folhas 11 verso. Foi declarada, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos, como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que lhes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os quais são designados genericamente por NCRF. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho, a estrutura conceptual do SNC (Aviso nº15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (portaria nº986/2009), o Código de Contas (Portaria nº1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) (Aviso nº 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso nº 15653/2009). Na sequência do decreto-lei nº 36-A/2014 que define as regras simplificadas de contabilidade para as microentidades/microempresas e entidade sem fins lucrativos, nomeadamente as IPSS, foram publicadas as seguintes portarias. Portaria nº 105/2014 que aprova os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector não lucrativo e a portaria nº 106/2014 que aprova o código de contas específico para as entidades do sector não lucrativo.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e; (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método do saldo decrescente em conformidade com o

período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um activo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do activo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Inventários

As matérias primas estão valorizadas ao custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transacções são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transacção que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

(i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Instituição; (iii) a fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adoptados certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções realizadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras.

Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direcção para os activos e negócios em questão.

Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsível.

As demonstrações financeiras foram ainda preparadas de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica).

3.3. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

Tal como já foi referido, os pressupostos considerados pela Direcção foram determinados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência e conhecimento do negócio e da realidade envolvente da instituição. Deste modo, não foram identificados pressupostos relativos ao futuro que sejam passíveis de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

3.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

Pelas razões já indicadas, e para além das situações relacionadas com o desenvolvimento da pandemia Covid-19, não foram identificadas por parte da Direcção eventuais fontes de incerteza utilizadas aquando da elaboração das estimativas que envolvam risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte. Poderão, contudo, ocorrer situações em

períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos tangíveis

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Instituição deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

<u>Activos tangíveis</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Taxa de depreciação</u>
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	25 – 20	4% – 5%
Equipamento básico	10 – 3	10% – 33,33%
Equipamento de transporte	6 – 4	16,66% – 25%
Equipamento administrativo	10 – 3	10% – 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	10 – 3	10% – 33,33%

2021

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos tangíveis em curso	Total
Quantia escriturada bruta								
Saldo inicial	20 963,94	376 604,34	87 194,22	114 296,44	15 547,53	4 433,81	45 725,75	664 766,03
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 872,00	7 872,00
Saldo final	20 963,94	376 604,34	87 194,22	114 296,44	15 547,53	4 433,81	53 597,75	672 638,03
Depreciações acumuladas								
Saldo inicial	0,00	(164 227,79)	(77 549,06)	(94 871,44)	(15 222,83)	(4 399,63)		(356 270,75)
Aumentos	0,00	(8 487,73)	(4 031,51)	(6 475,00)	(106,29)	(11,40)		(19 111,93)
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo final	0,00	(172 715,52)	(81 580,57)	(101 346,44)	(15 329,12)	(4 411,03)		(375 382,68)
Quantia escriturada	20 963,94	203 888,82	5 613,65	12 950,00	218,41	22,78	53 597,75	297 255,35

DEPRECIÇÕES DO PERÍODO

Descrição	2021	2020
Edifícios e outras construções	8 487,73	8 487,71
Equipamento básico	4 031,51	4 534,64
Equipamento de transporte	6 475,00	10 830,02
Equipamento administrativo	106,29	106,29
Outros ativos fixos tangíveis	11,40	11,40
Total	19 111,93	23 970,06

5. Indicação do número médio de pessoas ao serviço da Instituição, no exercício, repartido por valências.

MAPA DE MÉDIA DE FUNCIONÁRIOS

	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Sector Administrativo/geral	Total
Nº Médio	10	9	4	23

6. Indicação do número médio de utentes por valências, no exercício.

MAPA DE MÉDIA DE UTENTES

Meses	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Total
Janeiro	29	30	59
Fevereiro	28	30	58
Março	26	30	56
Abril	29	30	59
Mai	27	29	56
Junho	29	28	57
Julho	30	28	58
Agosto	28	30	58
Setembro	28	30	58
Outubro	29	30	59
Novembro	31	30	61
Dezembro	30	30	60
Total	344	355	699
Meses	12	12	
Nº Médio	29	30	

7. Discriminação dos resultados operacionais por valência.

RESULTADOS POR VALÊNCIA

2021

Contas		Centro de Dia	Apoio Domiciliário	Total
71	Vendas			-
72	Prestações de serviços			
721	Matrículas e mensalidades	93 076,12	82 191,32	175 267,44
75	Subsídios, doações e legados à exploração	71 626,32	167 479,30	239 105,62
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos			
7511	Centro Regional de Segurança Social	55 241,97	153 435,58	208 677,55
7412/8	Outros	6 250,76	5 357,79	11 608,55
742/8	De outros sectores	10 133,59	8 685,93	18 819,52
78	Outros proveitos operacionais	9 320,93	7 989,37	17 310,30
79	Outros proveitos operacionais	-	-	-
	Variação de produção			
	Subtotal (1)	174 023,37	257 659,99	431 683,36
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias co	18 851,97	44 080,37	62 932,34
62	Fornecimentos e serviços externos	24 419,06	57 097,56	81 516,62
6211	Exploração de refeitórios	-	-	-
6241	Electricidade	1 445,53	3 380,00	4 825,53
6242	Combustíveis	6 152,72	14 386,51	20 539,23
62237	Reparação, conservação e adaptação em equipame	-	-	-
*	Outros fornecimentos e serviços externos	16 820,81	39 331,05	56 151,86
63	Custos com pessoal	125 783,56	150 940,28	276 723,84
632	Remunerações certas	98 617,05	118 340,45	216 957,50
634	Formação profissional	-	-	-
635	Encargos sobre remunerações	21 504,54	25 805,45	47 309,99
636	Seguros	1 399,97	1 679,97	3 079,94
637/8	Outros custos com pessoal	4 262,00	5 114,41	9 376,41
64	Amortizações	8 687,24	10 424,69	19 111,93
68	Impostos	483,64	414,55	898,19
682/9	Outros custos operacionais	367,95	441,54	809,49
	Subtotal (2)	178 593,42	263 398,99	441 992,41
81	Resultados operacionais (1) - (2) = (3)	- 4 570,05	- 5 739,00	- 10 309,05

8. Discriminação da conta 4154 - "Fundos" e indicação das respectivas afectações.

Não aplicável.

9. Discriminação das dívidas incluídas na conta "Sector Público Administrativo" em situação de mora.

Não aplicável.

10. Desdobramentos das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:

Não aplicável.

11. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Descrição	2021		2020	
	Mat.Primas	Total	Mat.Primas	Total
Existencias iniciais	1 432,30	1 432,30	1 488,50	1 488,50
Compras	63 499,24	63 499,24	67 048,61	67 048,61
Existencias finais	(1 999,20)	(1 999,20)	(1 432,30)	(1 432,30)
Custo das vendas	62 932,34	62 932,34	67 104,81	67 104,81

12. Demonstração da variação da produção, como segue:

Não aplicável.

13. Indicação do movimento da conta 25 - Empréstimos obtidos, ocorrido no ano.

Saldo inicial	4 244,81
Amortizações	3 643,80
Saldo em 31/12/2021	601,01

14. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Não aplicável.

Pedralva, 25 de Março de 2022

A Direcção,

O Contabilista Certificado